



ARGENTINA: BARRIL PRESTES A EXPLODIR

Entrada dos barra brava é sintoma da intensificação da luta de classes.
Por Eduardo Vasco, **página 2**



SEJA PROATIVO, NÃO SOBRECARRREGADO

Tenha seu foco em produtividade, limites e a gestão eficiente por OKRs.
Por Pedro Signorelli, **página 2**



PROTEÇÃO DOS DADOS DO TRABALHADOR

Como alinhar mudança na NR 01 à LGPD para proteger dados sensíveis no trabalho.
Por Rafael Mosele, **página 4**

Multinacionais anunciam R\$ 40 bi de investimentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acompanhou nesta segunda-feira anúncios de investimentos bilionários de multinacionais. Em Minas Gerais, a farmacêutica Novo Nordisk investirá R\$ 6,4 bilhões em sua fábrica em Montes Claros. Os recursos integram o plano de expansão da unidade fornecedora de insulina e medicamentos para tratamento de hemofilia no Sistema Único de Saúde (SUS).

“Essa empresa anuncia hoje [segunda-feira] o maior investimento individual de uma empresa privada farmacêutica na história de 525 anos do Brasil e vai representar mais 600 vagas de emprego”, destacou o presidente Lula. A empresa atualmente já gera 2,65 mil empregos diretos e indiretos na cidade.

Em São Paulo, o Mercado Livre anunciou que planeja investir R\$ 34 bilhões este ano no Brasil e gerar 14 mil empregos, chegando ao final do ano com mais de 50 mil funcionários no país. O investimento é quase 50% maior que o do ano passado, de R\$ 23 bilhões, o maior valor já alocado pela companhia em seus 25 anos.

Lula participou do anúncio acompanhado de Fernando Yunes, vice-presidente sênior do Mercado Livre no Brasil. De acordo com Yunes, a plataforma de vendas conta com 3,3 milhões de vendedores por ano. Foram mais de 200 mil CNPJs abertos, nos últimos dois anos, de vendedores, e hoje mais de 1 milhão de famílias vivem tendo como sua principal renda o Mercado Livre, empresa de origem argentina com sede no Uruguai.

A operação brasileira é a maior do Mercado Livre, que está presente em 18 países. Em 2024, segundo a companhia, o Brasil representou 54,9% da receita total da empresa, chegando a uma receita líquida no país de R\$ 61,4 bilhões, sendo R\$ 37,7 bilhões em e-commerce e R\$ 23,7 bilhões em Mercado Pago.

Em Minas Gerais, o vice-presidente corporativo da Novo Nordisk, Reinaldo Costa, destacou que, além de serem parceiros do Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuírem para a economia brasileira, os produtos são exportados para mais de 70 países. “A gente estima que a operação da Novo Nordisk contribua com cerca de R\$ 7 bilhões ao PIB [Produto Interno Bruto, indicador da economia] brasileiro por ano.”

UE propõe tarifas retaliatórias de 25% sobre Estados Unidos

Trump quer que europeus comprem mais gás

A União Europeia (UE) propôs nesta segunda-feira uma tarifa de 25% sobre produtos selecionados dos EUA em resposta à recente decisão do presidente Donald Trump de impor impostos sobre aço e alumínio europeus, relataram a Reuters e a Bloomberg, citando um documento interno compartilhado com os Estados-membros da UE. Parte das tarifas retaliatórias deve entrar em vigor em 16 de maio, de acordo com a Reuters.

Os produtos são abrangentes e incluem diamantes, ovos, fio dental, salsichas e aves. Itens anteriormente em consideração, a saber, bourbon, vinho e laticínios, foram removidos da lista final, informou a agência de notícias.

Trump confirmou que as tarifas planejadas sobre as importações da UE entrarão em vigor

conforme programado, exigindo que o bloco compre mais energia norte-americana para ajudar a reduzir o déficit comercial dos EUA. Trump rejeitou a oferta da UE de tarifas “zero por zero” com os Estados Unidos para produtos industriais.

O presidente dos Estados Unidos disse que a UE deveria aumentar as importações de petróleo e gás dos EUA ou enfrentar tarifas sobre suas exportações, incluindo carros e máquinas.

O dólar subiu nesta segunda-feira. O índice do dólar, que mede a moeda em relação a seis principais pares, aumentou 0,24% para 103,267 às 19h00 GMT. O euro foi cotado a US\$ 1,0928, e a libra esterlina caiu para US\$ 1,2755.

Os preços do petróleo caíram. O contrato futuro do West Texas Intermediat (WTI) para entrega

em maio caiu 2,08%, para fechar em US\$ 60,70 o barril na Bolsa Mercantil de Nova York. O futuro do petróleo Brent para entrega em junho perdeu 2,09%, para US\$ 64,21 o barril na Bolsa de Futuros ICE de Londres.

As ações dos EUA fecharam em direções mistas. O Dow Jones Industrial Average caiu 0,91%, para 37.965,60 pontos. O S&P 500 perdeu 0,23%, para 5.062,25. Na contramão, o Nasdaq Composite Index subiu 0,10 por cento, para 15.603,26 pontos.

Nove dos 11 setores primários do S&P 500 terminaram no vermelho, com imóveis e materiais liderando os retardatários, caindo 2,40% e 1,65%, respectivamente. Enquanto isso, serviços de comunicação e tecnologia subiram 1,03% e 0,32%, respectivamente.



Tânia Rego/ABr

Americanas: ação judicial de investidores mira bancos e auditorias

Um grupo formado por mais de 230 acionistas e ex-acionistas das Lojas Americanas ajuizou uma ação de produção antecipada de provas na Justiça do Rio de Janeiro com o objetivo de esclarecer as circunstâncias da que é considerada a maior fraude corporativa já registrada no Brasil. A medida busca reunir documentos e evidências que possam subsidiar futuras ações de responsabilização civil contra as auditorias independentes e instituições financeiras que, segundo os investidores, podem

ter contribuído para a manutenção de práticas contábeis irregulares e ocultação de dívidas bilionárias.

A ação judicial foi protocolada em meio às delações e investigações que vêm sendo conduzidas pela Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela CPI instaurada na Câmara dos Deputados. As apurações têm revelado a possível participação de executivos e colaboradores de instituições financeiras em operações que resultaram na distorção significativa dos balanços da companhia.

O processo tramita na 25ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, e seu desfecho poderá influenciar diretamente os desdobramentos jurídicos relacionados ao escândalo. Procurado, o escritório Mortari Bolicio Advogados, responsável pela representação dos investidores, confirmou que, por ora, não irá se manifestar, mas reiterou sua confiança no esclarecimento dos fatos e no desfecho positivo aos clientes, autores da demanda.

Leia análise sobre o resultado da Americanas na **página 5**

Trump recua e admite venda da US Steel para japoneses

O presidente dos EUA, Donald Trump, ordenou nesta segunda-feira que o Comitê de Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos (Cfius) revise a compra da US Steel pela japonesa Nippon Steel, apesar de ter se posicionado contra no início.

“Ordenei que o Comitê de Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos realizasse uma revisão da aquisição da US Steel pelos compradores para me ajudar a determinar se seria apropriado tomar outras medidas sobre esse assunto”, disse ele.

A agência terá então 45 dias para fazer uma recomendação sobre se as medidas propostas pela US Steel e pela Nippon Steel “são suficientes para mitigar qualquer risco à segurança nacional”.

No mês passado, o governo Trump apresentou uma moção para estender dois prazos na ação judicial da US Steel e da Nippon Steel contra o painel de segurança nacional dos EUA para dar ao governo mais tempo para concluir as negociações de fusão com as empresas.

Ainda nesta segunda-feira, o primeiro-ministro japonês, Shigeru Ishiba, falou com o presidente dos EUA por telefone para discutir as tarifas dos EUA, informou a mídia japonesa. Ishiba disse a Trump que eles deveriam buscar cooperação que possa beneficiar ambas as nações, não tarifas, e expressou preocupação de que as mudanças dos EUA poderiam enfraquecer a capacidade de investimento das empresas japonesas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,9189
Dólar Turismo	R\$ 6,1230
Euro	R\$ 6,4608
Iuan	R\$ 0,8093
Ouro (gr)	R\$ 569,85

ÍNDICES

IGP-M	-0,34% (março)
	1,06% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

A Argentina é um barril de pólvora prestes a explodir

Por Eduardo Vasco

Os banqueiros internacionais colocaram Javier Milei à frente da Argentina sabendo que a situação do país e do mundo exige uma ditadura para saquear os espólios do povo. Já não se trata mais apenas de sugar as riquezas naturais, como o lítio – que está sendo entregue a Elon Musk – ou comprar a carne a preço de banana. Com Milei, é um assalto puro e simples do dinheiro da população.

Desde que chegou ao poder, Milei roubou 5% do PIB argentino, gerando o tão perseguido superávit fiscal, para pagar os juros da eterna dívida com o FMI. Mas o que são esses 5% do PIB argentino? Parcelas de salários, aposentadorias e subsídios para a compra de remédios, comida, transporte e conta de luz. Milei é um Robin Hood às avessas: tira dos pobres para dar aos ricos.

Não que isso seja uma grande novidade na Argentina. Desde 1958, o país já

assinou 22 acordos com o FMI. O que o atual presidente está buscando será o 23º pacote de dívidas com o órgão máximo dos banqueiros internacionais. A Argentina é a devedora de quase um terço de todos os empréstimos do FMI.

Essa dívida, os observadores mais atentos sempre souberam que nunca será paga. Maurício Macri – que todos achavam que não seria superado em entreguismo – contraiu um empréstimo recorde em 2018. O dinheiro do resgate negociado por Alberto Fernández, em 2022, foi usado apenas e tão somente para pagar os empréstimos anteriores. Claro, não a dívida em si, mas os juros e amortizações, altíssimos.

Daí a desmoralização completa do peronismo, que agora denuncia a rapinagem mileista e promete não reconhecer a nova dívida quando voltar ao governo. Pura demagogia eleitoral. Os políticos peronistas também serviram de capitães do mato nesses

quase 70 anos de escravidão do povo argentino para o FMI. Suas soluções às meias, quando não às nulas, não têm feito mais do que enganar os trabalhadores e estudantes sem se aprofundar minimamente na raiz do problema.

Entrada dos barra brava é sintoma da intensificação da luta de classes

A nova etapa de crise econômica em que entra o mundo capitalista, sem mesmo se ter despedido daquela de 2008, vai fazer com que se tensionem as relações de classe a nível global. A Argentina está extremamente vulnerável a ela. A nova dívida, de US\$ 20 bilhões, obviamente não terá a menor chance de sanar nem uma parcela do que é devido ao FMI. Ela vai rolar e rolar, na mesma medida em que também irão rolar as cabeças dos aposentados e trabalhadores sacrificados pelo terror neoliberal.

“É uma dívida eterna”, disse a uma rádio o diretor

do Observatório da Dívida Pública da Argentina, Alejandro Olmos Gaona. Segundo o historiador, o grosso da dívida foi gerado durante a ditadura militar de 1976 a 1983. Mas ela era de “apenas” US\$ 45 bilhões ao final da ditadura, e desde então, apesar de terem sido contraídos empréstimos atrás de empréstimos, em vez de ser quitada, ela aumentou em mais de dez vezes, descontando o que já foi pago. “Já pagamos mais de US\$ 400 bilhões e hoje o passivo total chega a US\$ 480 bilhões, gerando mais de US\$ 22 bilhões em juros anuais.”

O governo manipula os dados oficiais de inflação e pobreza, o que, logicamente, não consegue fazer ocultar a trágica realidade. Segundo o Centro Estratégico Latino-americano de Geopolítica (Celag), Milei confiscou cinco dos 14 meses de aposentadoria dos velhinhos, tamanha foi a perda acumulada pela inflação até janeiro.

Desde o início de seu go-

verno, há um ano e meio, Milei aumentou exponencialmente a repressão. Buscou impor uma lei antiterrorismo e a utilização das Forças Armadas como polícia e multou, sancionou e prendeu manifestantes. Em uma das inúmeras manifestações que têm tomado conta de Buenos Aires desde o ano passado, na segunda semana de março mais de 100 pessoas foram presas em frente ao palácio do Congresso por protestarem contra o corte nas pensões e o alto custo de vida.

Foi uma das primeiras em que os barra brava apareceram em peso. Esse é um detalhe importante, pois as torcidas organizadas são uma poderosa estrutura da classe operária na Argentina, embora estejam frequentemente imersas na degradação social. Mas sua entrada em cena é um sintoma da intensificação da luta de classes. Falta-lhes direção política, como a praticamente todas as entidades populares do país.

Os parlamentares da

direita, tradicionais serviçais do capital estrangeiro, também dão seu empurrãozinho para a piora das relações sociais. Eles deram o seu aval ao acordo de Milei com o FMI, do lado de dentro da Câmara dos Deputados, enquanto o povo pedia a sua cabeça e xingava o fundo monetário do lado de fora, uma semana após a manifestação anterior.

Se, por um lado, o regime Milei é um protótipo de modelo a ser exportado pelo imperialismo para o resto da América Latina, por outro a revolta social que cresce no seio do povo argentino também tende a se espalhar para seus vizinhos, à medida que os efeitos da nova situação política, econômica e social que se abre no mundo se tornarão insuportáveis.

Eduardo Vasco é jornalista especializado em política internacional,

foi correspondente na guerra da

Ucrânia e escreveu os livros-reportagem

O povo esquecido: uma história de

genocídio e resistência no Donbass e

Bloqueio: a guerra silenciosa contra

Cuba.

Seja proativo, não sobrecarregado

Por Pedro Signorelli

Ser proativo é uma característica que tenho muito presente em mim e que também admiro bastante nos outros. É bem comum que as empresas priorizem colaboradores proativos para contratação ou eventual promoção. Afinal, quem se dispõe a fazer tarefas sem ao menos ser solicitado e não fica esperando para tomar alguma iniciativa possui um grande destaque perante os demais.

A proatividade não é algo

tão simples quanto parece, pois trata-se de uma soft skill que envolve uma série de fatores: busca ativa por oportunidades, antecipação de problemas e responsabilidade. Esse conjunto faz com que os colaboradores proativos sejam pessoas mais produtivas e engajadas, pois estão, a todo momento, contribuindo efetivamente para os melhores resultados da empresa.

Por outro lado, percebo que algumas pessoas confundem o conceito de “ser proativo” com “ser sobrecarregado”. Existe uma diferença gritante entre os dois,

pois, a partir do momento em que atravessamos a fronteira da proatividade e passamos a estar com mais demandas do que conseguimos dar conta, estará instaurado um enorme problema, do qual é bem difícil se livrar com o passar do tempo.

E por quê? Quando estamos sobrecarregados, geralmente estamos sob pressão, tentando resolver milhares de coisas ao mesmo tempo. Isso vai resultar em trabalhos mal feitos ou feitos pela metade. E, pior que isso, a chance de erros acontecerem com maior frequência será grande, e

você provavelmente não irá perceber, pois estava tentando terminar todas as tarefas pelas quais se responsabilizou.

Tenha seu foco em produtividade, limites e a gestão eficiente por OKRs

Precisamos entender que, para sermos proativos, não podemos abraçar o mundo e tentar fazer tudo que vemos pela frente, pois isso não vai dar certo. É fundamental ter uma compreensão melhor do cenário

para determinar o que está dentro da nossa alçada e o que foge totalmente. Para isso, independentemente do seu cargo dentro da empresa, uma gestão por OKRs – Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados-Chave) – pode ser útil.

Os OKRs fazem com que gestores e colaboradores tenham mais foco e clareza em suas respectivas funções, o que acaba sendo benéfico tanto para o indivíduo como para o time, e traz resultados positivos para a empresa de maneira geral. Afinal, com uma visão melhor do trabalho,

torna-se possível escolher o que nós – proativos – conseguimos fazer naquele momento e, assim, ajudarmos com essa nossa habilidade e não o contrário.

Ser pró-ativo naquilo que importa é o melhor que podemos fazer com o nosso tempo e para a organização na qual estamos inseridos. Estaremos muito mais felizes assim, ao unir produtividade e engajamento, entregando mais resultados. O que pode ser melhor?

Pedro Signorelli é um dos maiores especialistas do Brasil em gestão, com ênfase em OKRs.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Um completo desastre ou uma oportunidade?

Unático. Foi assim que um amigo estadunidense classificou Donald Trump. “O que ele está fazendo é um desastre. Você viu as últimas ameaças dele à China esta manhã [segunda-feira]?”

Por sua vez, Joh Plassard, especialista em investimentos do Grupo Mirabaud, vê no caos uma oportunidade. “As correções de mercado são normais no ciclo de investimentos. Desde 1928, o S&P 500 apresenta retorno médio anual de 10%, mesmo sofrendo quedas médias de 16% ao longo do ano. Em quase todos os anos (94%), o índice registrou ao menos uma correção de 5%, e em boa parte deles, quedas de dois dígitos – muitas vezes seguidas por altas robustas até o fim do ano.”

Apesar do colapso recente, o S&P 500 caiu apenas 2,5% nos últimos 12 meses e subiu 24% nos últimos dois anos. Mas os Magnificent 7 (Apple, Microsoft, Amazon, Alphabet, Meta, Nvidia e Tesla) amargaram perdas de 11% somente em março e acumulam queda de 24% em 2025.

Plassard alerta para o risco de ficar de fora dos dias mais rentáveis. “O exemplo clássico do ‘pior cronômetro da história’ ilustra bem: mesmo investindo no pico da bolha em março de 2000, um investidor teria acumulado retorno de 438% até hoje. Com aportes regulares, esse retorno poderia chegar a 10,7% ao ano.”

Há algumas observações a serem feitas sobre as 2 opiniões de certa forma divergentes. A primeira é que estamos lidando com algo inédito; a segunda, é que a alta nos últimos 25 anos parece representar uma bolha ainda mais perigosa no mercado financeiro, que parece não ter como seguir inflando no modelo atual. A pergunta é: estamos caminhando pra um novo modelo ou para uma reorganização do establishment dos EUA?

Machado: sucesso de público e crítica

Redescoberto pelas novas gerações e sucesso nas redes sociais, Machado de Assis tem sido alvo de interesse crescente no exterior. De caráter universalista, a obra do bruxo do Cosme Velho também apresenta marcas da cultura local do Rio de Janeiro do século 19.

Uma palestra na Academia Brasileira de Letras (ABL) abordará o sucesso de Machado no exterior, com a professora Sonia Netto Salomão, considerada uma das principais especialistas e divulgadoras da obra de Machado de Assis no exterior. Ela falará sobre a atualidade de clássicos do genial escritor e a relevância do legado identitário nesta quinta-feira, 17h30, dentro da série “Quinta é cultura” da ABL. Inscrições gratuitas: even3.com.br/machado-de-assis-entre-temas-identitarios-e-recepcao-internacional-522342

Rápidas

Os visitantes do Web Summit Rio 2025 terão a chance de conhecer mais sobre a Finlândia, de 27 a 30 de abril. O objetivo da Work in Finland, agência oficial, é atrair talentos brasileiros do setor de tecnologia e startups *** A Escola de Negócios (IAG) da PUC-Rio realizará, na próxima segunda-feira (14), às 20h, o webinar “A Revolução Digital da Caixa Econômica Federal: Inovação, Desafios e Oportunidades”, com Carlos Vieira, presidente da Caixa. Inscrições: bit.ly/revolucao-digital-caixa. Mais informações: iag.puc-rio.br *** Nesta terça-feira, 18h, acontecerá a 2ª edição do Superpod, podcast organizado pela ONG JA Rio, em parceria com a Supergasbras, com o ambientalista Tião Santos e o empreendedor Ezequiel Vedana. Transmissão será pelo Youtube da ONG.

Lula buscará na Cúpula da Celac integração latino-americana

Imigração deve estar entre os assuntos mais importantes do encontro

O presidente Lula participa nesta quarta-feira, em Honduras, da 9ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), única organização que reúne os 33 países latino-americanos e caribenhos.

“A participação do presidente é um claro sinal da prioridade que, aliás, sempre foi dada pelo presidente Lula e pelo Brasil à integração. Na nossa Constituição, no Artigo 4º, consta que o Brasil deve buscar exatamente a Celac: a construção de uma comunidade de nações latino-americanas e caribenhas”, afirmou embaixadora Gisela Padovan, secretária de América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Ela acrescentou que essa Cúpula faz parte de um processo de revitalização

da Celac. Ela lembrou que a entidade foi enfraquecida nos últimos anos, citou a saída do Brasil da Celac no governo anterior, e lembrou que Lula decidiu que o país deveria voltar ao grupo logo no início do terceiro mandato.

“O sonho da integração existiu desde Bolívar, desde San Martín, que se falava essa visão de que juntos temos mais condição de enfrentar os desafios globais e também de nos desenvolvermos e resolvermos nossos problemas internos e regionais”, acrescentou a embaixadora.

Lula viaja à Tegucigalpa, em Honduras, ainda na terça. A expectativa do Itamaraty é que a Cúpula realize um debate amplo sobre todos os temas da atualidade. Além disso, Honduras deve transferir para Colômbia à presidência do bloco. No final, deve ser publicada uma de-

claração conjunta dos 33 países da região.

Segundo a Agência Brasil, o encontro da Celac ocorre no contexto de forte tensão na região em meio ao endurecimento das políticas contra imigração do governo dos EUA, Donald Trump, além da guerra de tarifas iniciada pela Casa Branca.

Tarifas

O Itamaraty informou que o tema das tarifas não estava na pauta das negociações, até porque, quando a agenda foi preparada, não havia informação da extensão dessas tarifas.

Por outro lado, o tema da imigração será um dos destaques da Cúpula. A ideia é reativar um grupo de trabalho que existia na Celac para tratar do tema.

Devem participar do encontro ainda a presidente do México, Claudia Shein-

baum; da Colômbia, Gustavo Petro; da Bolívia, Luis Arce; do Uruguai, Yamandú Orsi; e de Cuba, Miguel Díaz-Canel, entre outros, segundo o governo hondurenho, que organiza a Cúpula dessa semana.

Entre as propostas do Brasil que serão discutidas no encontro está a escolha de uma única candidatura feminina para disputar a secretária-geral das Nações Unidas diante do fim do mandato do atual chefe da ONU, António Guterres, programado para o ano que vem.

Fundada em fevereiro de 2010, a Celac reúne os 33 países da América Latina e do Caribe que abrangem uma área de mais de 22 milhões de km², o que equivale a cinco vezes o território da União Europeia. A população total somada, de 670 milhões, é o dobro do número de habitantes dos EUA.

Presidente do BC fala nesta terça na CPI das Bets

A fiscalização das transações financeiras das casas de apostas é um dos temas do depoimento do presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, que será ouvido pela CPI das Bets em reunião agendada para esta terça-feira, às 11.

A CPI das Bets foi instalada em 12 de novembro de 2024 para investigar a influência das apostas on-line no orçamento das famílias brasileiras e a possível associação com organizações criminosas. A senadora Soraya Thro-

nicke (Podemos-MS) é a relatora. O convite a Galípolo atende a requerimento (REQ 396) do presidente da CPI, senador Dr. Hiran (PP-RR).

Segundo a Agência Senado, a pauta reunirá perguntas sobre a capacidade de rastreamento de transações irregulares, a possibilidade de implementação de regras específicas para transferências de recursos envolvendo o setor de jogos pela internet e a avaliação do impacto econômico das apostas sobre o sistema financeiro.

“A oitiva do Presidente do Banco Central do Brasil se faz imprescindível para que esta CPI possa obter informações cruciais para o cumprimento de seu objetivo, contribuindo para a elaboração de um relatório conclusivo que reflita a realidade dos fatos”, afirma o presidente do colegiado.

Os jogos criados pelo setor e que estão pendentes de regulamentação são chamados de “apostas de quota fixa”, que se referem às apostas on-line esportivas (as chamadas bets) e

aos jogos on-line que se assemelham aos cassinos (como o Fortune Tiger, popularmente conhecido como Jogo do Tigrinho).

A “quota fixa” é aquela que permite ao apostador saber de antemão quantas vezes a mais ele receberá sobre o valor apostado, caso seja premiado. O resultado de uma CPI pode incluir, entre outras, propostas de mudanças na legislação e o envio das investigações aos órgãos competentes para responsabilizar criminalmente os acusados.

Haddad: eleitores devem se mobilizar por reforma do IR

Os trabalhadores devem mobilizar-se pela aprovação da reforma do Imposto de Renda, pressionando os parlamentares no Congresso, disse nesta segunda-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em evento de anúncio de investimentos em logística em Cajamar (SP), o ministro declarou que a proposta, caso aprovada, como o governo enviou, permitirá que as faixas mais baixas de renda

tenham um décimo quarto salário.

“No Brasil, todo mundo que ganha mais de dois salários mínimos paga Imposto de Renda, que é retido na fonte. Nós mandamos um projeto para o Congresso para que quem ganha até R\$ 5 mil deixe de pagar Imposto de Renda. Quem ganha de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil vai pagar menos. É importante falar com o deputado e o senador que você elegeu para que o projeto seja aprovado”, disse.

Segundo a Agência Brasil, o ministro da Fazenda reiterou que a reforma do Imposto de Renda terá impacto zero para os cofres públicos se o Congresso aprovar a proposta original do governo, que prevê a cobrança de uma alíquota gradual de Imposto de Renda para quem recebe a partir de R\$ 600 mil por ano e chega a 10% para quem ganha R\$ 1,2 milhão anual.

“A compensação que a

gente desenhou é que quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por ano vai pagar 10% de Imposto de Renda. Temos 141 mil brasileiros que ganham mais que isso e não pagam Imposto de Renda. É o pagamento dessa turma que vai beneficiar 10 milhões de brasileiros que ganham até R\$ 5 mil e 5 milhões que ganham até R\$ 7 mil. Cobrando o mínimo de 141 mil, vamos favorecer 15 milhões de pessoas”, explicou Haddad.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6
Ata de AGE. 1. Hora, Data e Local: As 10 h do dia 23/12/2024, na sede social da Cia., na Rua Marquês do Paraná nº 110, Centro, Niterói, RJ.
2. Convocação: Editais de convocação publicados, de forma on line e impressa no Jornal Monitor Mercantil (i) no dia 12/12/2024, na pág. 4, (ii) no dia 13/12/2024, na pág. 5 e (iii) no dia 14/12/2024, na pág. 5, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).
3. Mesa: Thiago Contage Damaceno, Presidente. Bernardo Machado Alves Gonçalves, Secretário.
4. Ordem do Dia e Deliberações: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelo acionista presente representando 95% do capital social votante: **4.1.** Aprovar o provisionamento, na conta contábil “dividendos a distribuir”, no valor de R\$ 60.000.000,00.
4.2. Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima.
5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada.
6. Assinaturas: Thiago Contage Damaceno, Presidente. Bernardo Machado Alves Gonçalves, Secretário. Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Conferência com o original lavrada em livro próprio. Niterói, 23 de dezembro de 2024. **Thiago Contage Damaceno** - Presidente. JUCERJA nº 6812625 em 11/02/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

A proteção dos dados pessoais do trabalhador e a NR 01

Por Rafael Mosele

A edição da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018 – LGPD) representou um marco regulatório essencial para a garantia da privacidade e da autodeterminação informativa no âmbito das relações laborais. Em paralelo, a recente atualização da Norma Regulamentadora nº 01 (NR 01), vigente a partir de maio de 2025, inclui os fatores psicossociais como elementos obrigatórios no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), criando um novo cenário para o tratamento de dados pessoais sensíveis relacionados à saúde do trabalhador. Nesse contexto, emerge a necessidade de repensar o papel do empregador diante de suas obrigações legais e éticas frente à proteção de dados no ambiente de trabalho.

A partir de maio de 2025, as empresas serão obrigadas a identificar, avaliar e controlar os riscos psicossociais que possam afetar a saúde dos trabalhadores. Essa inclusão decorre da compreensão ampliada do conceito de risco ocupacional, que passa a abarcar também fatores como o estresse ocupacional, o assédio moral e sexual, a sobrecarga de trabalho, a insegurança no emprego e o isolamento social, sobretudo em regimes de teletrabalho. A análise desses fatores exige a coleta de dados extremamente sensíveis, como informações médicas e psicológicas, o que impõe a adoção rigorosa das diretrizes estabelecidas pela LGPD.

A LGPD, ao classificar os dados sobre a saúde como sensíveis (art. 5º, II), determina que seu tratamento somente será lícito quando fundado em uma das hipóteses do art. 11. No âmbito das relações de trabalho, destaca-se a possibilidade de tratamento para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 11, II, “a”), como é o caso da observância das NRs. Ainda assim, essa permissão não exime o empregador do dever de respeitar os princípios da finalidade, necessidade, minimização, segurança e transparência (art. 6º), sendo vedado o uso dos dados para finalidades diversas ou discriminatórias.

Com a obrigação de tratar dados de natureza psicossocial, as empresas devem revisar suas práticas internas, adotando políticas de privacidade claras, instrumentos de governança e mecanismos de segurança da informação. A nomeação de encarregado pelo tratamento de dados (art. 41, LGPD) torna-se ainda mais relevante, bem como a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), conforme o art. 38. Tais medidas devem considerar, inclusive, a hipossuficiência do trabalhador na relação de poder e a impossibilidade de consentimento válido em muitos casos.

A coleta de informações relacionadas à saúde mental não pode ocorrer de forma ampla e genérica. Ela deve ser estritamente vinculada à finalidade de prevenção de riscos, não podendo ser utilizada para fins disciplinares ou de avaliação de desempenho, por exemplo. A jurisprudência nacional e internacional tem consolidado a ideia de que o monitoramento no ambiente de trabalho deve respeitar o princípio da proporcionalidade, não sendo admitida a vigilância oculta ou desproporcional. Os dados psicossociais devem ser tratados com base em critérios objetivos, sendo vedadas inferências subjetivas ou estigmatizantes.

A obrigatoriedade de avaliação dos fatores psicossociais exige das empresas um novo paradigma de gestão de pessoas. Mais do que uma exigência normativa, trata-se de incorporar uma cultura organizacional voltada à proteção da dignidade e do bem-estar dos trabalhadores. A privacidade deve ser compreendida como um direito fundamental que coexiste com a produtividade e a eficiência, sendo a conformidade com a LGPD um elemento estruturante da responsabilidade social empresarial.

As alterações da NR 01 e a vigência plena da LGPD impõem um dever inequívoco de reestruturação das práticas empresariais no tratamento de dados sensíveis relativos à saúde do trabalhador. As organizações devem alinhar suas condutas ao marco legal, sob pena de violação de direitos fundamentais e responsabilização administrativa, cível e trabalhista. O desafio está em conciliar a necessidade de gestão dos riscos ocupacionais com o respeito à intimidade, à privacidade e à proteção de dados pessoais, fortalecendo a construção de um ambiente laboral ético, seguro e humanizado.

Rafael Mosele é advogado e head de Consultoria Trabalhista Empresarial do Célio Neto Advogados, diretor fundador e presidente da Comissão de Relações de Trabalho do Instituto Nacional de Proteção de Dados e membro da International Association of Privacy Professionals.

Tarifaço de Trump pode gerar impacto bilionário ao setor de suco de laranja

A ordem executiva assinada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estabelecendo uma tarifa adicional de 10% sobre o valor aduaneiro de produtos importados do Brasil, deve gerar um impacto significativo para a cadeia brasileira de suco de laranja. Os Estados Unidos respondem por cerca de 37% das exportações brasileiras do produto.

De acordo com dados da Secex compilados pela CitrusBR, entre julho de

2024 e fevereiro de 2025, foram embarcadas 207.205 toneladas de suco de laranja concentrado e congelado (FCOJ 66 Brix), totalizando US\$ 879,8 milhões em faturamento.

Com base no desempenho atual da safra 2024/25 e projetando-se uma exportação anualizada de aproximadamente 235,5 mil toneladas ao mercado americano, o impacto da nova tarifa pode atingir cerca de US\$ 100 milhões por ano, ou R\$ 585

milhões considerando o câmbio de R\$ 5,85 por dólar. Esse valor se soma aos tributos já incidentes, como a tarifa de US\$ 415 por tonelada de FCOJ equivalente a 66 Brix. Apenas em 2024, esse tributo representou cerca de US\$ 85,9 milhões em pagamentos. Assim, somando-se as tarifas atuais e a nova medida, o total de impostos pode atingir cerca de US\$ 200 milhões anuais, ou aproximadamente R\$ 1,1 bilhão.

As empresas brasileiras

seguem, de forma individual e com base em suas estratégias comerciais, abastecendo o mercado dos Estados Unidos com suco de laranja de alta qualidade. O setor lamenta, no entanto, que a medida tenha sido adotada sem considerar o histórico de complementaridade entre a produção brasileira e a indústria da Flórida, além da relação de longo prazo com empresas engarrafadoras que atuam nos Estados Unidos.

Indústria de tintas movimentada R\$ 40 bilhões no Brasil

A indústria de tintas desempenha um papel relevante na geração de empregos e na movimentação de bilhões de reais por ano. Impulsionado pela presença de grande parte dos maiores produtores globais e de empresas de capital nacional que investem fortemente em tecnologia, o setor fatura cerca de R\$ 40 bilhões anualmente e proporciona trabalho, direta e indiretamente, a mais de 600 mil profissionais, segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati).

A indústria de tintas do Brasil produz cerca de 2 bilhões de litros anualmente, que são utilizados nas mais variadas aplicações: imóveis, veículos e autopeças, eletrodomésticos, móveis, aviões, embarcações, máquinas e equipamentos, embalagens metálicas, plataformas de petróleo, tubulações, sinalização viária e muitas outras. O setor se destaca pela capacidade de inovação, desenvolvendo produtos com padrões técnicos comparáveis aos dos centros mais avançados do mundo.

Os cerca de 2 mil fabricantes no país, de grande, médio e pequeno portes, empregam mais de 20 mil trabalhadores, que se somam aos milhares de funcionários dos 100 mil pontos de venda de tintas espalhados pelo Brasil e a um número estimado em 500 mil pintores.

Segundo a associação, o reconhecimento da importância econômica da indústria de tintas ganhou um reforço em março com a criação da Semana Mundial das Tintas (De 24 a 28). A iniciativa, promovida pelo World Coatings Council (WCC) pela primeira vez, contou com o apoio da Abrafati e de outras entidades globais e teve como objetivo ampliar a visibilidade do setor, destacando temas como sustentabilidade, inovação e oportunidades de carreira.

“Espero que esta iniciativa informe um número ainda maior de pessoas sobre a relevância das tintas para o mundo e inspire a próxima geração de talentos a dar o primeiro passo rumo a uma carreira gratificante na nossa indústria. Temos muito do que nos orgulhar: os fabricantes de tintas ao redor

do mundo ajudam a aumentar a segurança, a eficácia e a aparência dos produtos; criam espaços incríveis; possibilitam a comunicação e a expressão; e oferecem benefícios funcionais, como proteção e maior durabilidade para bens, produtos alimentícios e obras de infraestrutura essenciais”, afirma Tom Bowtell, presidente do World Coatings Council.

Com um mercado em transformação, impulsionado pela busca por soluções mais sustentáveis e tecnológicas, a indústria de tintas se consolida como um vetor relevante para o crescimento econômico do país.

O presidente-executivo da Abrafati, Luiz Cornacchioni, ressalta que “a indústria de tintas vai muito além da sua contribuição para o embelezamento de bens e estruturas”. Segundo ele, o setor gera empregos, fomenta inovação e contribui diretamente para segmentos estratégicos, como construção civil, automotivo e bens de consumo. “O Brasil tem um mercado altamente competitivo, e a decisão do World Coatings Council de lançar a Semana

Mundial das Tintas é uma ótima oportunidade para evidenciar as contribuições do nosso setor e dar visibilidade ao seu papel no desenvolvimento sustentável e na inovação”, afirma.

Em 2024, o mercado brasileiro de tintas atingiu um volume recorde de 1,98 bilhão de litros, representando um aumento de 6% em relação ao ano anterior. Esse desempenho posiciona o Brasil entre os quatro maiores produtores mundiais, ultrapassando a Alemanha, que agora ocupa a quinta posição, e ficando atrás apenas de China, Estados Unidos e Índia.

O segmento de tintas imobiliárias foi o principal impulsionador desse crescimento, com um avanço de 5,9%, totalizando 1,49 bilhão de litros comercializados. Outros segmentos também registraram resultados expressivos: as tintas automotivas originais cresceram 9,7%, acompanhando o aumento das vendas de veículos, enquanto as tintas industriais tiveram alta de 6,3%, impulsionadas pela demanda por bens de consumo duráveis e investimentos em infraestrutura.

MRV: alta das vendas com avanço da Faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida

A ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), anunciado na semana passada pelo Governo Federal, tornou ainda mais favorável o cenário para quem deseja conquistar a casa própria com recursos do FGTS. Agora, famílias com renda mensal de até R\$ 12 mil podem financiar imóveis de até R\$ 500 mil, com prazos estendidos e condições mais acessíveis. Antes, o teto do MCMV era para imóveis de até R\$ 350 mil e o programa atendia famílias com renda de até R\$ 8 mil na faixa 3.

Para Thiago Ely, diretor executivo comercial da

MRV&CO, a mudança vai impulsionar ainda mais as vendas e contribuir para a redução do déficit habitacional no Brasil. “Há uma parcela significativa da população que não se encaixava nas faixas que existiam até então e que ainda enfrentava dificuldades para financiar um imóvel. Com o anúncio, poderemos atender um público que hoje acaba ficando refém de taxas de juros muito altas no financiamento tradicional”, analisa.

A Faixa 4 deve beneficiar até 120 mil famílias e impulsionar o mercado de habitação econômica. Cerca de 13% do estoque atual da MRV se enquadra na nova

categoria – e a expectativa é de aumento na velocidade das vendas. “A alta da Selic encarece o crédito imobiliário tradicional, mas o MCMV garante taxas entre 4% e 10,5% mais TR, sem impacto direto da Selic. Nas faixas mais baixas, os juros reais chegam a ser negativos, considerando a inflação atual”, explica Ely.

A mudança promete ser um divisor de águas para construtoras que participam do programa, entre elas a MRV. Hoje, cerca de 90% das vendas líquidas da empresa vêm do programa do Governo Federal.

“O mercado está reagindo positivamente. A combina-

ção entre políticas públicas, iniciativas estaduais que complementam os subsídios e um ambiente de crédito mais acessível para a população de média renda cria um ciclo virtuoso, que movimenta a economia e reduz o déficit habitacional”, conclui Ely.

O cenário se torna ainda mais atrativo com o início do calendário de saque do FGTS de 2025, liberado na última sexta-feira. “Com o valor disponível, muitas famílias poderão dar entrada no imóvel ou amortizar parcelas, o que reforça o momento ideal para transformar o sonho da casa própria em realidade”, acrescenta.

LC Transportes, Logísticas e Armazéns Gerais Ltda.

CNPJ nº 03.017.938/0001-02

Tarifa Remuneratória - Armazém Geral

A sociedade empresária **LC Transportes, Logísticas e Armazéns Gerais Ltda.**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.215.486.314, inscrita no CNPJ nº 03.017.938/0001-02, localizada na Rua Nova São Paulo, nº 480, bairro Itaquí, município de Itapevi - SP, CEP 06696-100, estabelece os valores conforme tabela abaixo, referente aos serviços relacionados à atividade de Armazém Geral:

Serviço	Tarifa
Recebimento de Mercadorias	R\$ 15,00 por palete
Armazenagem	R\$ 50,00 por palete
Separação de Mercadorias	R\$ 15,00 por palete
Montagem de Kits	R\$ 0,85/kg
Cross Docking	R\$ 50,00 por palete
Carga e Descarga	R\$ 50,00 por palete

Itapevi, 18 de fevereiro de 2025. Luiz Carlos de Oliveira Junior. **JUCESP** nº 91.368/25-0 em 12/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

LC Transportes, Logísticas e Armazéns Gerais Ltda.

CNPJ nº 03.017.938/0001-02

Memorial Descritivo - Armazém Geral

A sociedade empresária **LC Transportes, Logísticas e Armazéns Gerais Ltda.**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.215.486.314, inscrita no CNPJ nº 03.017.938/0001-02, localizada na Rua Nova São Paulo, nº 480, bairro Itaquí, município de Itapevi - SP, CEP 06696-100. **Capital Social** - O capital social da empresa é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). **Capacidade** - A área de armazenagem do galpão é de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados). **Comodidade** - A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. **Segurança** - De acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no Laudo Técnico. **Natureza e Discriminação das Mercadorias - Armazenagem de mercadorias nacionais, estrangeiras e/ou já nacionalizadas.** Nacional - 45.0612 - AIN Camarário Líquido - Importado; 45.0493 - 1 Milhão em Grãos Liofilizado Import. **Descrição Minuciosa dos Equipamentos do Armazém Conforme o Tipo de Armazenamento** - Empilhadeira elétrica retrátil STILL FMX 17 TR; Empilhadeira transpaleteira EL CROWN; Empilhadeira elétrica contrabalancada, 3.000 Kg; Garra para bobinas 2 ton; Push-pull; Plataforma elevatória, 12 metros; Paleteira manual hidráulica; Módulo de elevação vertical **SSI LOGMAT. Operações e Serviços a que se Propõe** - (Armazenagem em Porta Paletes e piso, recebimento, Separação e Expedição de Produtos, Cross Docking, Montagem de Kits Promocionais, Etiquetagem, Gestão de Inventários, Gestão dos Estoques). **JUCESP** nº 91.368/25-0 em 12/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

LC Transportes, Logísticas e Armazéns Gerais Ltda.

CNPJ nº 03.017.938/0001-02

Regulamento Interno - Armazém Geral

A sociedade empresária **LC Transportes, Logísticas e Armazéns Gerais Ltda.**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.215.486.314, inscrita no CNPJ nº 03.017.938/0001-02, localizada na Rua Nova São Paulo, nº 480, bairro Itaquí, município de Itapevi - SP, CEP: 06696-100, estabelece as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: **Artigo 1º.** Serão recebidas em depósito mercadorias diversas que não possuem natureza agropecuária. **Artigo 2º.** A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I - Quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento; e II - Se, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. **Artigo 3º.** A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza do acondicionamento daquelas, bem como por força maior. **Artigo 4º.** Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou do seu preposto e será dirigida à empresa, que emitirá um documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo 5º.** As indenizações prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ter sido entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. **Artigo 6º.** O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto nº 1.102/1903. **Condições Gerais:** Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto nº 1.102/190. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente. Itapevi, 03 de fevereiro de 2025. Luiz Carlos de Oliveira Junior. **JUCESP** nº 91.368/25-0 em 12/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Viver Incorporadora e Construtora S.A.

CNPJ/ME nº 67.571.414/0001-41 - NIRE 35.300.338.421 - (Companhia Aberta)

Aviso aos Acionistas

A **Viver Incorporadora e Construtora S.A. ("Companhia")** comunica aos senhores acionistas que, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a cópia das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o parecer do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes, e os demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 05 de maio de 2025, encontram-se à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.656, 1º andar, conjuntos 13 e 14 do Edifício Novo São Paulo, Jardim Paulistano, CEP 01.451-916, bem como nos websites da Companhia (www.riviver.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia esclarece, ainda, que a publicação dos documentos, conforme exigido pela regulamentação aplicável, será oportunamente realizada pela Companhia no Jornal Monitor Mercantil SP, São Paulo, 04 de abril de 2025. **Viver Incorporadora e Construtora S.A. Claudio Kawa Hermolin** - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores.

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA**DE ENERGIA S.A.**

- Companhia Aberta -

CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20 - NIRE 35.300.321.707

GRUPO **energisa12****EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025**

A Administração da **ENERGISA SUL-SUDESTE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo, na Rodovia Assis Chateaubriand, s/nº, Km 455 mais 600 metros, Parte B, Vila Maria, CEP: 19.053-680 ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e da Resolução da CVM nº 81/2022, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia") a se realizar, em primeira convocação, no dia 25 de abril de 2025, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital (por meio da plataforma *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital")), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre as alçadas para emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, incluindo debêntures não conversíveis em ações, para refletir as alçadas do Conselho de Administração e da Diretoria, cujas atribuições e limites são previamente previstos pelo Conselho de Administração no Regulamento Interno da Diretoria; e (ii) aprovar a consolidação da nova redação do Estatuto Social da Companhia para refletir os itens ora deliberados acima. Os Acionistas poderão participar da Assembleia via Plataforma Digital, pessoalmente ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar e votar na Assembleia. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@energisa.com.br, até o final do dia 23 de abril de 2025. A solicitação de cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF e CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Observando o disposto no art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, além de documento de identificação com foto e dos atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (a) comprovante expedido pela instituição escrituradora ou agente custodiante; e (b) para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão competente. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples, devidamente registrada: (a) do último contrato ou estatuto social; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração). No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do último regulamento do fundo, devidamente registrado. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no art. 654 da Lei 10.406/2002. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização e/ou tradução juramentada dos documentos. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, a Companhia enviará para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link e instruções para acesso e participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia (11:30 horas do dia 24 de abril de 2025) deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@energisa.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia (09:30 horas do dia 25 de abril de 2025), para que lhe seja prestado o suporte necessário. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Em conformidade com o Artigo 161 da Lei 6.404/1976 em conjunto com o Artigo 4º da Resolução CVM 70, as participações mínimas previstas no Artigo 161 da Lei 6.404/1976 ficam reduzidas em função do valor do capital social da Companhia, de forma que a instalação do Conselho Fiscal poderá ser solicitada por acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<http://www.ri.energisa.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). Por fim, ressalta-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente. A realização da Assembleia de forma exclusivamente digital visa proporcionar maior acessibilidade e conveniência aos acionistas, permitindo a participação de qualquer local, sem as limitações geográficas ou logísticas do formato presencial. Essa modalidade visa garantir a participação de um maior número de acionistas e contribuir para a otimização de tempo e recursos, tornando o processo mais eficiente e alinhado às tendências tecnológicas, sem comprometer a transparência e o direito de voto dos acionistas.

Presidente Prudente, 04 de abril de 2025.

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho

Presidente do Conselho de Administração

Americanas (AMER3): resultado do 4T24, dinâmicas e futuro

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 das Americanas com João Daronco, analista CNPI da Suno Research.

Qual a sua avaliação sobre o resultado do 4T24 e de 2024 das Americanas?

Já era esperado um resultado mais fraco no comparativo, principalmente por conta da redução do número de lojas. Isso porque, se em 2023 as Americanas fecharam com 1.678 lojas, em 2024 a companhia fechou com 1.587, com um encerramento de 91 unidades. No 4T24, a receita líquida saiu de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 4,3 bilhões, e em 2024, de R\$ 14,8 bilhões para R\$ 14,3 bilhões.

Adicionalmente, a margem foi comprimida no 4T24, pois ou a companhia está tendo que vender com mais desconto ou não está conseguindo passar os custos. Assim, com receita e margens menores, as Americanas tiveram um lucro bruto menor, tanto que a margem bruta saiu de 32% no 4T23 para 29,7% no 4T24, o que é um ponto de preocupação.

De pontos positivos, nós podemos citar a parte de despesas, como Gerais e Administrativas e Vendas. Essas despesas têm melhorado, pois a companhia tem conseguido cortar custos e ser um pouco mais eficiente.

Além desses destaques, nós temos o plano de recuperação judicial que conseguiu melhorar, de certa forma, o resultado financeiro das Americanas. Foi graças a esse resultado que a companhia conseguiu reverter o prejuízo de 2023 no lucro de 2024.

Ainda assim, o resultado das Americanas foi ruim, pois eu não vejo a companhia com grandes vantagens competitivas em um setor muito disputado. Por exemplo, o Mercado Livre está entrando com muita força no mercado brasileiro, e a Amazon, que tem um modelo de compra recorrente, está atuando em segmentos onde as Americanas atuavam de forma bastante forte. Como a companhia está perdendo cada vez mais espaço no mercado, eu não ficaria surpreso se ela fosse extinta nos próximos 10 anos.

O que explica o resultado financeiro das Americanas?

Com o plano de recuperação judicial, os credores das Americanas aceitaram um haircut dos seus créditos para recuperar, pelo menos, parte dos seus valores. Dos R\$ 12,3 bilhões de resultado financeiro positivo, R\$ 12,2 bilhões vieram desse haircut. Como isso foi muito pontual, eu não esperaria um resultado como esse nos próximos anos. Inclusive, se esse valor fosse retirado do resultado financeiro e o lucro líquido fosse ajustado, o

rombo das Americanas seria gigantesco.

Mas isso é só contábil ou afeta caixa?

Se olharmos o demonstrativo de fluxo de caixa das Americanas, nós vamos ver que o haircut foi revertido. Veja que as Americanas tiveram um Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais negativo em R\$ 3,5 bilhões em 2024, sendo que em 2023 esse valor havia sido negativo em R\$ 233 milhões, ou seja, houve uma piora de R\$ 3,3 bilhões no consumo de caixa da companhia, enquanto o lucro líquido passou de um prejuízo de R\$ 2,2 bilhões em 2023 para um lucro de R\$ 8,2 bilhões em 2024, uma variação positiva de R\$ 10,5 bilhões. O problema é que grande parte desse valor foi por conta do haircut, tanto que ele teve que ser ajustado no Fluxo de Caixa, já que ele não tem efeito caixa.

É por isso que é muito importante analisar esses demonstrativos e entender as suas variações, pois o lucro das Americanas não foi tão fabuloso como estão dizendo.

Qual a sua avaliação sobre o caixa das Americanas?

As Americanas têm um caixa até que significativo, com cerca de R\$ 1 bilhão. O ponto é que, por mais que a companhia tenha um caixa robusto, ela tem dificuldade em gerar caixa. É como se as Americanas fossem uma piscina, que está com um nível de água ok, mas que tem um furo por onde está saindo água. Se em algum momento esse furo não for tapado, a piscina vai acabar vazia.

O caixa das Americanas, pela foto, é robusto, mas quando olhamos o filme da a companhia, que consome cada vez mais caixa, tem dificuldades no âmbito competitivo, está em recuperação judicial, e, além disso, está tendo que redobrar os seus esforços para se manter competitiva, já que está cortando despesas, a sua situação fica bastante complicada quando olhamos um pouco mais à frente.

Quando sai um resultado das Americanas, quais são os primeiros números que você analisa?

Existe a questão operacional, como as vendas e o número de lojas. Além disso, é importante analisar a receita e as margens, principalmente a bruta para entender se a companhia está conseguindo repassar os seus custos. A partir desse ponto, eu olho para duas folhas ao mesmo tempo: DRE e Fluxo de Caixa.

Isso porque a receita de uma venda é reconhecida no momento em que ela ocorre, mas a forma de pagamento impacta, diretamente, no caixa da companhia, principalmente se for um parcelamento sem juros.

Divulgação Suno Research

**João Daronco**

Ocorre que se as Americanas alongarem demais esse prazo de parcelamento para incentivar suas vendas, ela vai demorar ainda mais para receber esses recursos.

É por isso que é importante olhar o DRE das Americanas junto com o Fluxo de Caixa, justamente para saber se a companhia está conseguindo vender mais porque está alongando o prazo de pagamento, o que afeta o seu capital de giro e o seu consumo de caixa.

Você já entendeu o que aconteceu com as Americanas?

De uma forma geral, deu para compreender o que aconteceu com a companhia e que isso não estava relacionado à geração de caixa. Antes disso, o mercado nem olhava tanto para as operações de risco sacado, mas depois do que aconteceu com as Americanas, se criou uma educação maior sobre esse assunto e se começou a analisar outros aspectos adicionais. Com relação às consequências, é difícil entender todos os efeitos das várias ordens que isso teve dentro da companhia.

A análise fundamentalista não tinha como indicar os problemas que estavam acontecendo na companhia?

Eu acho que era possível. Algumas coisas eram mais difíceis, pois como não haveria acesso em um primeiro momento, seria preciso ir um pouco mais atrás e, por exemplo, conversar com um fornecedor que tinha uma operação de risco sacado com a companhia.

Com os dados disponíveis, seria difícil saber da magnitude e da gravidade do problema, mas era possível saber que havia alguma coisa, principalmente porque as Americanas não eram uma companhia que gerava um caixa muito robusto ao longo do tempo. Por exemplo, de 2016 a 2020, as ações das Americanas se valorizaram muito. Os macronúmeros da companhia cresceram em um ritmo bastante forte, mas não se viu isso no fluxo de caixa do período.

As Americanas nunca foram uma grande geradora de caixa, tanto que ela não era vista como uma grande pagadora de dividendos, e se uma empresa paga dividendos, é porque ela, na maioria dos casos, gera caixa.

Por exemplo, em 2021, a

receita bruta das Americanas cresceu 25%, a receita líquida, 28%, e o lucro bruto, 23%. Além disso, a companhia gerou um Ebitda de R\$ 3,3 bilhões, mas sem gerar muito lucro líquido (R\$ 731 milhões). O problema é que quando olhamos para o fluxo de caixa, as Americanas não geraram caixa. Por mais que se fale que Ebitda é proxy de geração de caixa, as Americanas estavam com um saldo de Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais negativo em R\$ 825 milhões, ou seja, havia um gap muito grande entre o que estava sendo reportado de Ebitda e o que estava sendo gerado de caixa.

Isso já deveria ter acendido um sinal de alerta. Uma métrica muito utilizada é a conversão de Ebitda em caixa. Boas empresas têm uma conversão de 80%, 90%, mas no caso das Americanas, essa conversão era negativa. A companhia tinha um Ebitda de R\$ 3,3 bilhões, mas o caixa era negativo.

Seria difícil saber qual era o problema e o seu tamanho, mas quando os números são profundamente analisados, havia evidências sim de que havia algum problema.

As Americanas estão caminhando para sair da recuperação judicial?

As Americanas têm tomado medidas, como o fechamento de lojas, mas quando uma empresa entra em recuperação judicial, o seu destino sai das suas mãos. Ele passa a depender muito mais de variáveis externas à companhia do que internas. Não é à toa que as empresas quebram em um número muito alto de recuperações judiciais.

Para que uma recuperação judicial funcione, uma empresa precisa, necessariamente, que eventos externos a ajudem, que um vento favorável sopre a seu favor. Eu não vejo isso acontecendo com as Americanas.

Por mais que as Americanas estejam tomando as medidas cabíveis, eu não vejo que essas medidas sejam todas as necessárias para que ela saia da recuperação judicial. Para que a companhia saia dessa situação, ela vai precisar contar com a sorte e um alinhamento dos astros.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/americanas-amer3-resultado-do-4t24-dinamicas-e-futuro



fluxos de caixa futuros estimados, refletindo o impacto das garantias e avais e descontando a taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido pela perda por redução ao valor recuperável diretamente para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. Quando uma conta a receber é considerada incobrável, ela é baixada em contrapartida à conta de provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas em contrapartida à conta de provisão. As variações no valor contábil da conta de provisão são reconhecidas no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem ou quando ele transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o ativo transferido, ele reconhecerá sua participação retida no ativo e um passivo associado pelos valores que poderá ter de pagar. Se a Companhia reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro transferido, ele continuará a reconhecer o ativo financeiro e também reconhecerá um empréstimo garantido pelos proventos recebidos. b) **Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como "VJPR" ou "outros passivos financeiros". Os passivos financeiros são classificados como VJPR quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou designado como VJPR. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação. Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas de juros reconhecidas com base na remuneração efetiva. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) um período mais curto, ao valor contábil líquido no reconhecimento inicial. Não há passivos financeiros classificados como VJPR. **Outros passivos financeiros.** • **Empréstimos bancários:** Empréstimos bancários que incorrem juros e obrigações relacionadas a arrendamentos financeiros são registrados pelos recursos recebidos, líquidos de custos diretos de emissão. Os encargos financeiros, incluindo os prêmios a pagar na liquidação ou resgate e os custos diretos de emissão, são contabilizados pelo regime de competência na demonstração do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros e são adicionados ao valor contábil do instrumento na medida em que não forem liquidados no período em que surgirem. • **Contas a pagar:** As contas a pagar e outros valores a pagar são mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros.** A Companhia desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações são liquidadas, canceladas ou vencem. **3.14. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos

são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.15. CPC 06 - Arrendamentos.** O pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos mercantis sob um único modelo, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros do CPC 06. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e impressoras de pequeno porte) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo inferior a 12 meses). Na data de início de um arrendamento, um arrendatário reconhece um passivo para efetuar pagamentos do arrendamento (ou seja, o passivo do arrendamento) e um ativo que representa o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente a despesa de juros do passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A WSUT arrenda principalmente embarcações e menos relevantes, imóveis e veículos. Esses arrendamentos das embarcações geralmente duram 3 a 5 anos, sem opção de renovação do arrendamento após este período, não existindo previsão de reajustes anuais ou mensais. A WSUT arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de 2 anos podendo ser renovável. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A WSUT optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos. As informações sobre arrendamentos para os quais a WSUT é a arrendatária são apresentadas na nota 15. **3.16. Questões climáticas.** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.** **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.** s alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da companhia. **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação

de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciado sem ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada. **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.** permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Luis Gustavo Bueno Machado - Diretor Executivo
Contador: Vladimir Ferreira Francisco - CRC RJ-093643

O parecer dos Auditores Ernest & Young Auditores independentes S.S. foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas, na sede da companhia.

MONITOR MERCANTIL

Boletim confidencial de informações

MONITOR MERCANTIL

Edição: EDITORIAL

N. 1

Publicado em 25 de fevereiro de 1916

ANO 11

MONITOR MERCANTIL

PUBLICAÇÃO SEMANAL DE FINANÇAS, ECONOMIA, COMMERCIO E INDUSTRIA

dard

MONITOR
MERCANTIL
COMMERCIO INDUSTRIA

MONITOR
MERCANTIL

MONITOR MERCANTIL



MONITOR MERCANTIL
Publicado em 1916



MONITOR MERCANTIL
Rua Buenos Aires, 205 - F1 e F2

Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL • R\$ 1,80

Terça-feira, 25 de fevereiro de 2025

Ano CVII • Número 28.815

ISSN 1980-9422

Signe suas ações em sigmonitor.com.br
Assine em assinamonitormercantil.com.br

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



Origem Energia S.A. | CNPJ.: 32.021.201/0001-61

princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 e desconsidera arrendamentos de curto prazo, menores ou iguais a 12 meses, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para refletir o efeito dos juros incorridos com base na taxa incremental de empréstimo. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. O ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. 2.15. **Fornecedores.** Os fornecedores estão classificados na categoria de instrumentos financeiros ao custo amortizado e estão reconhecidos pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos contratuais incorridos até as datas dos balanços, cuja apropriação das despesas e receitas são reconhecidas no resultado do exercício. 2.16. **Provisão de abandono.** A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas. 2.17. **Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. As mensurações subsequentes dos ativos e passivos financeiros são realizadas respeitando as especificações do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. a) **Derivativos.** A Companhia utiliza-se instrumentos financeiros derivativos para proteger parte de sua produção de petróleo contra sua exposição ao risco de oscilação de preços de mercado. Além disso, a Companhia utiliza contratos de swap para gestão de seu endividamento e caixa, buscando previsibilidade frente aos efeitos cambiais que impactam tanto o componente de preço das commodities em suas receitas e recebíveis quanto suas obrigações financeiras. A Companhia não adota a prática de *hedge accounting*. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo, e são apresentados como ativos financeiros quando o ajuste a valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o ajuste a valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos. 2.18. **Empréstimos e debêntures.** Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, acrescidos do prêmio e líquidos dos custos incorridos na emissão e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros, com efeitos no resultado financeiro. 2.19. **Receita líquida.** Reconhecimento da receita conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contrapres-

tação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia e responsáveis pela receita reconhecida: a) **Gás natural processado.** O gás natural é extraído nos polos Alagoas e Tucano Sul e é processado, direta e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada. A Companhia reconhece a receita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que recebe as medições do sistema dutoviário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. (“TAG”) e realiza o faturamento. b) **Petróleo.** O petróleo é extraído no Polo Alagoas e posteriormente armazenado em terminal porto viário (TAMAC) onde é retirado pelo cliente. A Companhia reconhece a receita de venda de petróleo quando o cliente realiza a coleta no terminal, e o controle do ativo passa a ser do cliente. c) **Condensado.** O Condensado é extraído do polo Tucano Sul, ele é um subproduto decorrente da produção de Gás Natural. O cliente realiza a coleta do produto nas dependências da Companhia através de empresas terceirizadas. A Companhia reconhece a receita de venda de condensado no momento em que o cliente realiza a coleta nas instalações da Companhia. Momento em que o controle do ativo passa a ser do cliente. d) **Gás liquefeito de propano (GLP).** O gás liquefeito de propano é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Origem Alagoas através de empresas terceirizadas. A Origem Alagoas reconhece a receita de venda do GLP quando o cliente realiza a coleta nas instalações da Origem Alagoas, e o controle do ativo passa a ser do cliente. e) **Gás natural não processado (Gás Úmido).** O gás natural não processado é extraído no polo Tucano Sul e posteriormente é entregue aos clientes através do gasoduto pertence a Origem Energia, que conecta os campos do Polo Tucano Sul a Estação Painelas. A Origem Energia reconhece a receita de venda do gás úmido, quando é feita a entrega do produto em seu destino final. f) **Condensado de C5+.** O condensado de C5+ tem origem no processamento do gás natural na UPGN do Polo Alagoas. Durante esse processo, os líquidos do gás natural (NGLs) são separados, incluindo frações mais leves, como etano, propano e butano, além do condensado de C5+, que contém hidrocarbonetos mais pesados, predominantemente pentanos (C5) e frações superiores. Esse produto é armazenado e disponibilizado para retirada pelos clientes nas instalações da Origem Alagoas, por meio de empresas terceirizadas. A Companhia reconhece a receita da venda do condensado de C5+ no momento em que o cliente realiza a coleta, assumindo, assim, o controle do ativo. 2.20. **Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado, principalmente as informações que se referem a baixas, depreciação e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Intangível, principalmente as informações que se referem a baixas, amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. • Provisão para abandono de instalações. • Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro. **Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção.** Para determinar a depleção, é utilizado o método de unidades produzidas (MUP), que calcula a relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes. A cada ano, a Companhia revisa o volume total das reservas remanescentes de petróleo e gás. No entanto, a produção das reservas provadas pode ser influenciada por vários fatores, como o progresso de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e mudanças nos preços de petróleo e gás natural a longo prazo. 2.21. **Lucro líquido por ação.** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias diluídas. A Companhia avaliou a divulgação do lucro por ação e não identificou efeito dilutivo nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação. 2.22. **Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”).** Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as enti-

dades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia conciliou o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros. Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados na DFC de acordo com a natureza de sua utilização, ou seja, sua classificação pode ser demonstrada como atividades operacionais, investimentos ou financiamentos, dependendo da natureza do item protegido a que o derivativo esteja associado. 2.23. **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, as demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.24. **Informações por segmento.** A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, portanto, informação por segmento a ser apresentado. 2.25. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas.** As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2024, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas	Descrição
CPC 06 (IFRS 16)	Alteração na transação de venda e retroarrendamento
CPC 26 (R1) (IAS 1)	Alteração na classificação de passivos como circulante ou não circulante
CPC 03 (R2) (IAS 7) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração no esclarecimento de características de acordos de financiamento de fornecedores e divulgações adicionais

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2025:

Normas	Descrição
CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros
CPC 18 (R3) e ICPC 09	Alteração para alinhamento das alterações de normas internacionais
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Alteração no conceito e orientações de procedimentos em moedas conversíveis

2.26. **Eventos após o período de relatório.** Se a Companhia receber novas informações após a data base das demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final no exercício, ela avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e se necessário efetuará os ajustes dos saldos à luz das novas informações, ou divulgará a natureza do evento que não originam ajustes. **3. Eventos subsequentes.** Em 17 de fevereiro de 2025, a Origem Portuária assumiu a gestão do Terminal Aquaviário de Maceió (TAMAC) MAC11A, área localizada dentro do Porto de Maceió (AL), destinada à movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustível e petróleo. O valor total da contraprestação paga foi de R\$ 56.903 até 31 de dezembro de 2024, principalmente para a concessão da área e ativos adquiridos para a operação do Porto. O ativo representa um marco importante, alinhado ao posicionamento estratégico do grupo, o qual oferece soluções energéticas integradas. Essa nova fronteira de negócios se concretiza três anos após a aquisição do Polo Alagoas. Ao assumir o controle das operações do TAMAC, o Grupo assegura sua independência no escoamento e comercialização da sua produção, fortalece a presença no mercado alagoano, promovendo a competitividade local que pode impactar em oferta de combustíveis mais acessíveis para a população. Com a assunção das atividades do terminal, o Grupo ganha flexibilidade comercial para negociar volumes de óleo e otimizar os cronogramas de expedição de cargas de forma proativa. Além das operações de carregamento e descarregamento pelo modal marítimo, o terminal também possibilita o transporte por modal rodoviário, atendendo principalmente ao etanol, óleo diesel marítimo, gasolina e outros biocombustíveis, como o biodiesel. O Grupo também passa a diversificar sua receita, explorando oportunidades de monetização da capacidade de armazenamento para derivados de petróleo, com uma gama mais ampla de clientes.

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Daniel Guimarães Pache de Faria - Diretor Administrativo e Financeiro	Helder Renato Lima de Castro Gerente de Contabilidade CRC/RJ-128793/O-6
---	---	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Origem Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Origem Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita.** Conforme descrito nas notas explicativas 2.19 e 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas derivam substancialmente da venda de petróleo, gás natural e de subprodutos. A receita de vendas é reconhecida quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação de desempenho definida em contrato é satisfeita, conforme preconizado pelo pronunciamento contábil CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*IFRS15 – Revenue from contract with customer*). Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, a relevância dos valores envolvidos e a existência de diferentes naturezas de vendas de produtos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a manterem processos para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) leitura dos principais contratos com clientes e o entendimento dos termos relevantes para o reconhecimento da receita; (iii) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.19 e 25, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Capitalização de gastos no ativo imobilizado.** Conforme divulgado nas notas explicativas 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro 2024 a Companhia e suas controladas capitalizaram no ativo imobilizado o montante de R\$ 623.361 mil. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria em função do risco de que custos que não satisfazem os critérios de capitalização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, notadamente o pronunciamento contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado (*IAS 16 – property, Plant and Equipment*), sejam incorretamente contabilizados no balanço patrimonial, em vez de serem contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Dessa forma, a determinação se um gasto deve ser capitalizado envolve uma avaliação relevante por parte da Companhia, a qual deve demonstrar que os critérios estabelecidos para a capitalização de custos foram atendidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, (i) entendimento do fluxo de informações relacionado à identificação e valorização dos custos capitalizados; (ii) O acompanhamento dos projetos associados, avaliando se tais ativos são passíveis de capitalização; (iii) o entendimento do benefício econômico futuro gerado para os itens capitalizados; e (iv) o exame, em base amostral, dos itens capitalizados para avaliar se todos os critérios determinados para a capitalização de custos foram atendidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para capitalização no ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.11 e 13, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas

com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP-015199/F. Roberto Cesar Andrade dos Santos - Contador CRC - 1Ru 093.771/O.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 55.835.208/0001-12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Grande Sertão Participações S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Grande Sertão Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 08 de julho a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 08 de julho a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.

Diego Wailer da Silva - Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

ANS divulga resultados do 4º trimestre de 2024

Reclamações sobre cobertura assistencial indicará o desempenho das operadoras

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelos planos de saúde no Brasil, divulgou nesta segunda-feira os resultados do 4º trimestre de 2024 do Monitoramento da Garantia de Atendimento, que passou a utilizar uma nova base de dados, ampliada, de reclamações de consumidores sobre negativas de cobertura ou descumprimento dos prazos máximos para atendimento.

Segundo a ANS, neste momento, não haverá suspensão da comercialização de planos de saúde, pois o monitoramento considera os resultados de dois ciclos seguidos. No período analisado, 540 operadoras ficaram na faixa zero (melhor

desempenho) e 120 ficaram na faixa 3 (pior desempenho).

O diretor de Normas e Habilitação dos Produtos, Alexandre Fioranelli, esclarece que não houve mudanças na metodologia do monitoramento e, sim, a ampliação da base de dados utilizada para o cálculo do desempenho das operadoras, o que reflete o compromisso contínuo da ANS com a sociedade: "A partir das novas informações, poderemos avaliar com mais precisão quais operadoras apresentam problemas, identificar riscos à assistência dos beneficiários e garantir a proteção dos consumidores em casos de irregularidades", destacou.

Com o ajuste no indicador aprovado na 608ª Reunião da Diretoria Colegiada da ANS, realizada em 1º de

julho de 2024, o Monitoramento da Garantia de Atendimento passou a usar um número maior de demandas assistenciais registradas na ANS pelos consumidores. A grande diferença é que o novo indicador considera 50% do total de demandas informadas como não resolvidas pelos beneficiários no período referente a cada ciclo como base de cálculo do numerador.

Diferente do indicador anterior, que se baseava em demandas assistenciais analisadas e classificadas pela Diretoria de Fiscalização. O denominador permanece usando como base a média do número de beneficiários no período.

"Não dependemos mais da análise manual de demandas assistenciais e mantemos o uso de reclamações dos beneficiários como

indícios de infração em questões relacionadas ao atendimento", completou Fioranelli.

Demandas assistenciais classificadas como Núcleo são aquelas que foram analisadas pela Diretoria de Fiscalização e enviadas para apuração nos Núcleos da ANS. As demandas classificadas como RVE (Reparação Voluntária e Eficaz) são aquelas que a operadora soluciona o problema corrigindo eventuais danos ou prejuízos ao beneficiário dentro do prazo de 5 dias úteis da Notificação de Intermediação Preliminar – NIP).

Resultados

Para possibilitar a realização dos ajustes necessários no novo indicador, a ANS suspendeu

os ciclos relativos ao 2º e ao 3º trimestres de 2024. Sendo assim, o 4º trimestre de 2024 é o primeiro calculado com a nova base de dados. Portanto, nesse ciclo, não haverá planos que terão a venda suspensa pelo Monitoramento da Garantia de Atendimento, já que será necessário constatar a sua reincidência na faixa 3.

O Monitoramento da Garantia de Atendimento é o acompanhamento do acesso dos beneficiários às coberturas contratadas, realizado com base nas reclamações recebidas pela ANS e na quantidade de beneficiários de planos de saúde. As reclamações consideradas nesse monitoramento se referem a negativas de cobertura assistencial ou ao descumprimento dos

prazos máximos para realização de consultas, exames, terapias e cirurgias.

Com base no número de demandas registradas na ANS, as operadoras são classificadas em faixas, possibilitando uma análise comparativa entre elas. Aquelas que são enquadradas nas faixas superiores do monitoramento apresentam um pior resultado no indicador da operadora. A partir de dois ciclos seguidos na pior faixa, as operadoras são proibidas de receber novos beneficiários nos planos que tiveram mais reclamações. A cada trimestre a listagem de planos é reavaliada, e as operadoras que deixarem de apresentar risco à assistência à saúde são liberadas, pelo monitoramento, para oferecer os planos para novas comercializações.

Bancos: 90% projetam inflação elevada em 2025

As projeções de inflação para 2025 seguem bastante elevadas também no setor bancário. A maioria dos bancos (71,4%) espera que o IPCA feche o ano em torno de 5,5%, enquanto 19% projetam o indicador próximo (ou acima) de 6,0%. As projeções estão bem acima do centro da meta de inflação, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, que é de 3%, com tolerância para até 4,5%. Assim, cerca de 90% dos entrevistados projetam a inflação acima de 5% no ano.

É o que mostra a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), realizada com 21 bancos, entre os dias 25 e 31 de março. Realizada a cada 45 dias, logo após a divulgação da Ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), ela mensura a estimativa dos bancos para o comportamento de diversas variáveis da economia ao longo deste e do próximo ano.

O levantamento também mostra que o crédito deverá crescer 8,6% em 2025, o que representa uma ligeira alta em relação à projeção de fevereiro, que estimava crescimento de 8,5%. O ajuste pode ser explicado pelas constantes revisões positivas feitas nas séries estatísticas pelo Banco Central, além de um cenário caracterizado ainda pelo mercado de trabalho aquecido e novos programas de crédito, como o consignado para os trabalhadores do setor privado.

Neste contexto, a revisão foi liderada pela carteira com recursos livres, com expectativa de alta de 8,2% (ante 8,1% na pesquisa anterior), com destaque para o crédito destinado às famílias, que subiu de 8,6% para 9,0%. Para as empresas, a revisão foi mais contida, passando de alta de 7,1% para 7,2%.

De acordo com a pesquisa, a projeção de alta da carteira de crédito direcionada permaneceu estável em 9,0% em 2025, com revisão para cima no crédito Pessoa

Jurídica (alta de 9,3% ante 9,0% do levantamento anterior), compensada pela revisão para baixo do crédito direcionado Pessoa Física (8,8% ante 8,9%).

Já em relação à trajetória da taxa de inadimplência, a pesquisa mostra que houve uma leve alta na projeção do indicador para a carteira com recursos livres, que subiu de 4,6%, na pesquisa de fevereiro, para 4,7%, nível superior ao registrado no último mês de janeiro (4,4%), segundo o Banco Central.

"A pesquisa captou que os bancos seguem projetando um bom crescimento da carteira de crédito neste ano, apesar do ambiente de juros elevados e de todas as incertezas no cenário econômico, internacional e local. Além disso, é interessante observar que a revisão positiva foi liderada pela carteira com recursos livres destinados às famílias", avalia Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

Segundo ele, "parte de tal

movimento pode ser atribuído aos bons números ainda observados no mercado de trabalho, que segue aquecido, com baixo desemprego. Mas, também pode ser consequência da reformulação do consignado destinado aos funcionários do setor privado, que tem mostrado uma boa demanda já neste início de operação". E que provavelmente vai crescer mais quando todos os ajustes estruturais forem concluídos, completou Sardenberg.

Desaceleração

A pesquisa indica que o movimento de desaceleração do ritmo de crescimento do crédito deve prosseguir no próximo ano, com expansão esperada de 7,8%, porém, acima da captada na pesquisa de fevereiro (7,7%). Houve revisão para cima da projeção para a expansão da carteira livre, que subiu para 7,3% (ante 7,1%), enquanto para o crédito direcionado, a expectativa recuou para 8,3% (ante 8,6%).

De acordo com a Pesquisa de Economia Bancária, a grande maioria dos entrevistados (85,7%) entendeu que a comunicação do Copom foi adequada em sua última reunião, concordando com a indicação de que o ciclo de alta da taxa de juros não terminou, mas apenas sinalizando um aperto de menor magnitude na próxima reunião.

Adicionalmente, a estimativa para os juros recuou ligeiramente em relação à pesquisa anterior. Agora, a mediana para a Selic atinge 15% ao ano em junho (ante 15,25%), permanecendo neste patamar ao menos até novembro de 2025.

Em relação ao crescimento da economia, a pesquisa não mostrou maioria absoluta nas estimativas para este ano. Para 42,9% dos entrevistados, a desaceleração observada até o momento está em linha com o esperado, e o crescimento do PIB deve ficar em torno de 2,0%. Para um terço dos respondentes, a desaceleração deve ser mais intensa do que a esperada, com

crescimento do PIB abaixo de 2%. Já um quarto espera expansão acima de 2%.

De acordo com a pesquisa, as projeções de inflação para 2025 seguem bastante elevadas. A maioria dos participantes (71,4%) espera que o IPCA feche o ano em torno de 5,5%, enquanto 19% projetam o indicador próximo (ou acima) de 6,0%. Assim, cerca de 90% dos entrevistados projetam a inflação acima de 5% no ano.

Ainda segundo a Febraban, nos EUA, 57,1% dos analistas esperam dois cortes de 0,25 ponto percentual dos Fed Funds no ano, em linha com o indicado pelo Fed. Contudo, o viés é de juros mais elevados, uma vez que 38,1% aguardam no máximo um corte de juros em 2025, diante da resiliência da inflação no país.

Ainda em relação ao país, os participantes foram unânimes quanto à expectativa de uma desaceleração gradual, apesar das incertezas crescentes, mas sem enxergar um quadro recessivo até o momento.

contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia e responsáveis pela receita reconhecida: a) **Gás natural processado**: O gás natural é extraído no Polo Alagoas e é processado, direta e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada. A Companhia reconhece a receita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que receba as medições do sistema dutoviário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") e realiza o faturamento. b) **Petróleo**: O petróleo é extraído no Polo Alagoas e posteriormente armazenado em terminal porto viário (TAMAC) onde é retirado pelo cliente. A Companhia reconhece a receita de venda de petróleo quando o cliente realiza a coleta no terminal, e o controle do ativo passa a ser do cliente. c) **Gás liquefeito de propano (GLP)**: O gás liquefeito de propano é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Origem Alagoas através de empresas terceirizadas. A Origem Alagoas reconhece a receita de venda do GLP quando o cliente realiza a coleta nas instalações da Origem Alagoas, e o controle do ativo passa a ser do cliente. d) **Condensado de C5+**: O condensado de C5+ tem origem no processamento do gás natural na UPGN do Polo Alagoas. Durante esse processo, os líquidos do gás natural (NGLs) são separados, incluindo frações mais leves, como etano, propano e butano, além do condensado de C5+, que contém hidrocarbonetos mais pesados, predominantemente pentanos (C5) e frações superiores. Esse produto é armazenado e disponibilizado para retirada pelos clientes nas instalações da Origem Alagoas, por meio de empresas terceirizadas. A Companhia reconhece a receita da venda do condensado de C5+ no momento em que o cliente realiza a coleta, assumindo, assim, o controle do ativo. 2.20. **Uso de estimativas e julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo

exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Imobilizado**, principalmente as informações que se referem a baixas, amortizações e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • **Intangível**, principalmente as informações que se referem a baixas, amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**. • **Provisão para abandono de instalações**. • **Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro**. **Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção**: Para determinar a depleção, é utilizado o método de unidades produzidas (MUP), que calcula a relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes. A cada ano, a empresa revisa o volume total das reservas remanescentes de petróleo e gás. No entanto, a produção das reservas provadas pode ser influenciada por vários fatores, como o progresso de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e mudanças nos preços de petróleo e gás natural a longo prazo. 2.21. **Lucro líquido por ação**: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias diluídas. A Companhia avaliou a divulgação do lucro por ação e não identificou efeito dilutivo nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação. 2.22. **Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")**: Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia concluiu o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros. Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados na DFC de acordo com a natureza de sua utilização, ou seja, sua classificação pode ser demonstrada como atividades operacionais, investimentos ou financiamentos, dependendo da natureza do item protegido a que o derivativo esteja associado. 2.23. **Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")**: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. As IFRS não

requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, as demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.24. **Informações por segmento**: A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, por tanto, informação por segmento a ser apresentado. 2.25. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas**: As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2024, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas	Descrição
CPC 06 (IFRS 16)	Alteração na transação de venda e retroarrendamento
CPC 26 (R1) (IAS 1)	Alteração na classificação de passivos como circulante ou não circulante
CPC 03 (R2) (IAS 7) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração no esclarecimento de características de acordos de financiamento de fornecedores e divulgações adicionais

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2025:

Normas	Descrição
CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros
CPC 18 (R3) e ICPC 09	Alteração para alinhamento as alterações de normas internacionais
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Alteração no conceito e orientações de procedimentos em moedas conversíveis

2.26. **Eventos após o período de relatório**
Se a Companhia receber novas informações após a data base das demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final no exercício, ela avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e se necessário efetuará os ajustes dos saldos à luz das novas informações, ou divulgará a natureza do evento que não originam ajustes.

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; **Daniel Guimarães Pacheco de Faria** - Diretor Administrativo e Financeiro; **Helder Renato Lima de Castro** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ-128793/O-6.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aos Acionistas e Administradores da **Origem Energia Alagoas S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Origem Energia Alagoas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os planejados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** Conforme descrito nas notas explicativas 2.19 e 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia deriva da venda de petróleo e de gás natural. A receita de vendas é reconhecida quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação de desempenho definida em contrato é satisfeita, conforme preconizado pelo pronunciamento contábil CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer). Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, a relevância dos valores envolvidos e a existência de diferentes naturezas de vendas de produtos. Tais características obriga a Companhia a manter processos para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) leitura dos principais contratos com clientes e o entendimento dos termos relevantes para o reconhecimento da receita; (iii) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.19 e 23, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Capitalização de gastos no ativo imobilizado:** Conforme divulgado na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro 2024 a Companhia capitalizou no ativo imobilizado o montante de R\$ 604.802 mil. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria em função do risco de que custos que não satisfazem os critérios de capitalização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, notadamente o pronunciamento contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16 – property, Plant and Equipment), sejam incorretamente contabilizados no balanço patrimonial, em vez de serem contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Dessa forma, a determinação se um gasto deve ser capitalizado envolve uma avaliação relevante por parte da Companhia, a qual deve demonstrar que os critérios estabelecidos para a capitalização de custos foram atendidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, (i) entendimento do fluxo de informações relacionado à identificação e valorização dos custos capitalizados; (ii) o acompanhamento dos projetos associados, avaliando se tais ativos são passíveis de capitalização; (iii) o entendimento do benefício econômico futuro gerado para os itens capitalizados; e (iv) o exame, em base amostral, dos itens capitalizados para avaliar se todos os critérios determinados para a capitalização de custos foram atendidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para capitalização no ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações nas notas explicati-

vas 2.11 e 13, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC - SP-015199/F; Roberto Cesar Andrade dos Santos - Contador CRC - 1RJ 093.771/O.

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE ALCÂNTARA S.A.									
CNPJ: 07.090.691/0001-00									
Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)			Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)		
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	11.735	8.105	87.381	85.552	24.463	12.683	24.463	12.683	24.463
Contas a receber de clientes	36.781	34.812	(41.182)	(47.927)	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	3.265	-	46.199	37.625	-	-	-	-	-
Outros ativos circulante	4.840	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos	-	4.495	(8.722)	(9.254)	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante	56.621	47.412							
Contas a receber de clientes - não circulante	27.036	23.657	3.246	713	-	-	-	-	-
Partes relacionadas não circulante	25.832	43.509	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	6	6	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulante	5.850	5.850	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	118.747	89.614	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	335	397	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso	5.454	902	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	183.260	163.935							
Total do Ativo	239.881	211.347							
Passivo e PL	31/12/2024	31/12/2023	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido			
Arrendamentos	2.992	568	29.586	33.040	80.949	163.574			
Fornecedores a pagar	6.176	5.676	-	-	12.683	12.683			
Outorgas a pagar	4.219	3.570	-	-	-	-			
Salários e encargos sociais	1.838	1.200	-	-	-	-			
Impostos e contribuições a recolher	5.458	5.711	-	-	-	-			
Parcelamento de impostos	2.597	2.891	-	-	-	-			
Adiantamento a clientes	-	27	-	-	-	-			
Outros passivos circulantes	159	58	-	-	-	-			
Total do passivo circulante	23.438	19.701							
Arrendamentos não circulante	2.661	548	-	-	-	-			
Parcelamento de impostos	2.569	1.974	-	-	-	-			
Passivo com partes relacionadas	10.494	10.204	-	-	-	-			
Contas a pagar	-	2.663	-	-	-	-			
Total do passivo não circulante	15.723	15.389							
Capital social	29.586	29.586	-	-	24.463	24.463			
Reservas	171.134	146.671	-	-	-	-			
Total do Patrimônio Líquido	200.720	176.257							
Total do Passivo e PL	239.881	211.347							
Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor			Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8						
As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.									

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



Consignado CRT: RJ tem 51,2 mil contratos e R\$ 270,2 milhões em empréstimos

Com 51.299 contratos negociados entre 21 de março e 3 de abril, o Rio de Janeiro é o segundo estado com o maior número de empréstimos concretizados no novo consignado do Crédito do Trabalhador, disponível por meio da Carteira de Trabalho Digital. São Paulo concentra a maior parte das liberações, com 131.306 trabalhadores beneficiados e um total de R\$ 848,7 milhões concedidos. O valor médio dos empréstimos no estado é de R\$ 6.446,90. No Rio de Janeiro, 51.124 trabalhadores contrataram o consignado, que oferece taxas de juros mais baixas. O total emprestado ultrapassa R\$ 270,2 milhões, com valor médio por empréstimo de R\$ 5.268,74 e parcelas e prazo de pagamento médios de R\$ 320,07 e 16 meses.

Desde 21 de março, R\$ 3,3 bilhões já foram concedidos em empréstimos consignados aos trabalhadores com carteira assinada nas 27 unidades da Federação. No total, 532.743 contratos foram firmados, com um valor médio de R\$ 6.209,65 por trabalhador. As parcelas médias ficaram em R\$ 350,46, com prazo médio de 18 meses. Atualmente, o Brasil conta com mais de 47 milhões de trabalhadores assalariados com carteira assinada.

Para o ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), o novo consignado inaugura um novo horizonte e uma nova cultura em torno dos empréstimos bancários. “O Crédito do Trabalhador traz uma nova cultura de crédito e a cada dia tem se consolidado com sucesso, com novos bancos entrando, oferecendo taxas mais baixas e reduzindo dívidas dos trabalhadores”, comemora Luiz Marinho. A pasta alerta que os trabalhadores precisam ter calma e esperar pelas 24 horas para receber todas as propostas e, com isso, optar pela mais vantajosa.

Para obter o crédito, as instituições financeiras consideram fatores como tempo de trabalho, salário e as garantias oferecidas pelo trabalhador na solicitação do empréstimo. O trabalhador pode utilizar até 10% do saldo do FGTS ou 100% da multa rescisória como garantia, mas também tem a opção de não oferecer nenhuma garantia. Com base nesses critérios, os bancos avaliam o risco e definem a liberação do crédito. Além disso, o valor das parcelas não pode ultrapassar 35% da renda mensal do trabalhador.

Cautela

A Medida Provisória que criou o Crédito do Trabalhador foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 12 de março, em solenidade em Brasília. Na ocasião, o presidente enfatizou que a intenção não é endividar brasileiros mas, sim, gerar oportunidades, tirar os mais vulneráveis dos juros caros, promover inclusão produtiva e gerar qualidade de vida.

A região Sudeste é a que mais negociou contratos por meio do Crédito do Trabalhador até agora, com 234.863 empréstimos fechados por 234.130 trabalhadores, num volume de crédito de R\$ 1,44 bilhão. Em seguida aparecem Nordeste (111.081 empréstimos), Sul (88.174 empréstimos), Centro-Oeste

(49.303) e Norte (49.170) Confira o detalhamento no infográfico abaixo.

São Paulo e Rio de Janeiro lideram a adesão ao novo consignado do Crédito do Trabalhador, disponível por meio da Carteira de Trabalho Digital. São Paulo concentra a maior parte das liberações, com 131.306 trabalhadores beneficiados e um total de R\$ 848,7 milhões concedidos. O valor médio dos empréstimos no estado é de R\$ 6.446,90. No Rio de Janeiro, 51.124 trabalhadores contrataram o consignado.

Maior média

O Distrito Federal se destaca com a maior média de empréstimos no país, superando a média nacional de R\$ 6.209,65. Na capital do país, o valor médio concedido chega a R\$ 9.809,75, totalizando R\$ 112,4 milhões em crédito para 11.423 trabalhadores. Logo atrás, Mato Grosso registra média de R\$ 7.477,51 por empréstimo, com um total de R\$ 74,2 milhões liberados.

Para obter o crédito, as instituições financeiras consideram fatores como tempo de trabalho, salário e as garantias oferecidas pelo trabalhador na solicitação do empréstimo. O trabalhador pode utilizar até 10% do saldo do FGTS ou 100% da multa rescisória como garantia, mas também tem a opção de não oferecer nenhuma garantia. Com base nesses critérios, os bancos avaliam o risco e definem a liberação do crédito. Além disso, o valor das parcelas não pode ultrapassar 35% da renda mensal do trabalhador.

Se o trabalhador decidir cancelar o empréstimo, terá um prazo de sete dias corridos, a partir do recebimento do crédito, para devolver o valor integral à instituição financeira. Além disso, a partir de 25 de abril, será possível transferir um empréstimo com juros mais altos para outro com taxas mais baixas. Caso tenha contratado o Crédito do Trabalhador e posteriormente encontre uma oferta mais vantajosa em outra instituição, poderá migrar para a nova condição.

O Crédito do Trabalhador está disponível exclusivamente na Carteira de Trabalho Digital. A partir de 25 de abril, todas as instituições financeiras poderão oferecer essa linha de crédito por meio de suas plataformas digitais. A modalidade atende empregados domésticos, trabalhadores rurais e funcionários de microempreendedores individuais (MEI), desde que não possuam outro empréstimo consignado vinculado ao mesmo vínculo empregatício.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO - COMPANHIA ABERTA.
CNPJ nº 02.162.616/0001-94 / NIRE: 33300166190
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os senhores acionistas da Uptick Participações S.A. – Em Liquidação a participar da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2025, às 15 horas, de forma exclusivamente virtual via plataforma *Microsoft Teams*, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar a prestação final das contas, atos e operações praticados pelo Liquidante no período de liquidação da Companhia, assim como as Demonstrações Financeiras de Encerramento; (ii) Deliberar pela destinação dos créditos fiscais da Companhia junto à Receita Federal do Brasil; (iii) Aprovar o encerramento da liquidação e extinção da Companhia; e, (iv) Autorizar o Liquidante a adotar todas as medidas necessárias para a extinção da Companhia. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2025. **EXIMIA CAPITAL PARTNERS LTDA - LIQUIDANTE.**

COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE
CNPJ/MF nº 13.534.284/0001-48 - NIRE 33.3.0001867-1
ATA DA AGE REALIZADA EM 26/03/2025: 1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 26/03/2025, às 12h, na sede social da **COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE**, com sede na Cidade de Niterói, RJ, na Travessa Braga, nº 2, Parte “A”, Barreto, CEP 24.110-200 (“Cia.”). 2. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas da Cia., nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. 3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos Roberto Tinti e secretariados pelo Sr. Ricardo Wagner. 4. **ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a autorização para a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela Cia., no âmbito da 5ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, da **CBO Serviços Marítimos S.A.** (“Emitente”), com valor unitário de R\$ 1.000,00, no valor total de R\$ 130.000.000,00 (“Notas Comerciais Escriturais” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de distribuição privada, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195, conforme alterada e demais leis e regulamentações aplicáveis (“Oferta”), de acordo com os termos e condições do “Termo da 5ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Em Série Única, Com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, Para Colocação Privada, da CBO Serviços Marítimos S.A.”, a ser celebrado entre a Emitente, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, o Banco Votorantim S.A., na qualidade de titular das Notas Comerciais Escriturais (“Titular de Notas Comerciais Escriturais”) e, na qualidade de avaliadas, a **CBO Holding S.A.**, CNPJ nº 14.882.295/0001-81 (“CBOH”), e a Cia. (“Termo de Emissão”); (ii) a autorização para a Cia. celebrar, pelos seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e/ou instrumentos contratuais necessários à outorga do Aval (conforme abaixo definido) e para a efetivação da Emissão e da Oferta, incluído, mas não se limitando, ao Termo de Emissão; e (iii) a ratificação de todos os atos praticados pelos representantes da Cia. e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas acima. 5. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas pelas acionistas as seguintes deliberações, por unanimidade e sem ressalvas: 5.1. autorizar a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela Cia., em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando-se, solidariamente com a CBOH e com a Emitente, de forma conjunta, sem divisão, limitação ou benefício de ordem, em caráter irrevogável e irretroatável, perante o Titular de Notas Comerciais Escriturais, como avalista e codevedora solidária, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emitente no Termo de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como todos os acessórios ao principal, incluindo as indenizações, custos e/ou despesas comprovadamente incorridas pelo Titular das Notas Comerciais Escriturais, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão (“Obrigações Garantidas”), nos termos dos arts. 275 e 822 do Código Civil, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e facultades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos, 277, 301, 333, § único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e dos arts. 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015 (“Código de Processo Civil”), assim como pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas previstas no Termo de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida (“Garantia Fidejussória” ou “Aval”); 5.2. autorizar a Cia. a celebrar, pelos seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e/ou instrumentos contratuais necessários à outorga do Aval e para a efetivação da Emissão e da Oferta, incluído, mas não se limitando, ao Termo de Emissão; e 5.3. ratificar todos os atos praticados pelos representantes da Cia. e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações acima. 6. **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o art. 130, §1º, da Lei das S.A., que, lida, conferida, e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Presidente:** Marcos Roberto Tinti; **Secretário:** Ricardo Wagner. **Acionistas:** Aliança S/A – Indústria Naval e Empresa de Navegação e CBO Holding S.A. Niterói, 26/03/2025. **Mesa:** Marcos Roberto Tinti - **Presidente;** Ricardo Wagner - **Secretário.** **Acionistas:** **Aliança S/A – Indústria Naval e Empresa de Navegação:** Marcos Roberto Tinti; Rodrigo Ribeiro dos Santos. **CBO Holding S.A.** Marcos Roberto Tinti; Rodrigo Ribeiro dos Santos. Jucerja nº 6896161 em 31/03/2025.

Chronus Serviços Médicos SPE Ltda
CNPJ nº 49.554.928/0001-07, NIRE nº 332.1245575-1
Convocação
São convocados pelo administrador THIAGO GAYER MADUREIRA, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a ser realizada no dia 21 de abril de 2025, a reunião será realizada em formato on-line a partir deste link (<https://teams.microsoft.com/j/19-c070b2f3a90b4330bcca91099e4b7e12@thread.tacv2/17260580149287-context=%7B%22Tid%22:%221df995e7-5803-4f3c-bc11-ccf3b60a74e%22,%22Oid%22:%222ae43e94d-6b22-4a86-a22c-17a76841278a%22%7D>), em 1ª convocação as 08:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 08:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

CBO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 14.882.295/0001-81 - NIRE 33.3.0030510-6 J Cód. CVM 2362-0
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26/03/2025 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 26/03/2025, às 11h, na sede social da CBO HOLDING S.A., com sede na Cidade de Niterói, RJ, na Travessa Braga, nº 2, Barreto, CEP 24.110-200 (“Cia.”). 2. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia., conforme autorizado pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Cia., a saber: Bruno Augusto Sacchi Zarembo, José Guilherme Cruz Souza, Gabriel Felzenwalb, Roberto Lúcio Cerdeira Filho, Michell Fontes Souza, Felipe Moreira Caram, Luciano Coelho Pettersen e Adriana Waltrick dos Santos. 3. **MESA:** Sr. Roberto Lúcio Cerdeira Filho, Presidente e Sr. Ricardo Wagner, Secretário. 4. **ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) nos termos do art. 16, (v) do Estatuto Social da Cia., a autorização da 5ª emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da CBO Serviços Marítimos S.A. (“Emitente”), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no valor total de R\$ 130.000.000,00 (“Notas Comerciais Escriturais” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de distribuição privada, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195, conforme alterada e demais leis e regulamentações aplicáveis (“Oferta”), de acordo com os termos e condições do “Termo da 5ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Em Série Única, Com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, Para Colocação Privada, da CBO Serviços Marítimos S.A.”, a ser celebrado entre a Emitente, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, o Banco Votorantim S.A., na qualidade de titular das Notas Comerciais Escriturais (“Titular de Notas Comerciais Escriturais”) e, na qualidade de avaliadas, a **CBO Holding S.A.**, CNPJ nº 14.882.295/0001-81 (“CBO”), e a Cia. (“Termo de Emissão”); (ii) a autorização para a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela Cia., no âmbito do Termo de Emissão; (iii) nos termos do art. 16, (ix) do estatuto social da Cia., autorizar, em garantia do fiel cumprimento das obrigações da Emitente assumidas no Termo de Emissão, (i) a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela CBO, de acordo com os termos e condições do Termo de Emissão; e (ii) a constituição e outorga, pela Finarge (conforme abaixo definido) da cessão fiduciária de recebíveis descritos em “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nº 471006*”, a ser celebrado entre a Emitente, na qualidade de devedora, o Titular de Notas Comerciais, e a Finarge Apoio Marítimo LTDA., CNPJ nº 10.383.827/0001-85 (“Finarge”), de acordo com os termos e condições do Termo de Emissão; (iv) a autorização para a Cia. celebrar, pelos seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e/ou instrumentos contratuais necessários à outorga do Aval (conforme abaixo definido) e para a efetivação da Emissão e da Oferta, incluído, mas não se limitando, ao Termo de Emissão; e (v) a ratificação de todos os atos praticados pelos representantes da Cia. e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas acima. 5. **DELIBERAÇÕES:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram: 5.1. autorizar a Emissão das Notas Comerciais Escriturais, pela Emitente, e a sua respectiva Oferta; 5.2. autorizar a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela Cia., em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando-se, solidariamente com a CBO e com a Emitente, de forma conjunta, sem divisão, limitação ou benefício de ordem, em caráter irrevogável e irretroatável, perante o Titular de Notas Comerciais Escriturais, como avalista e codevedora solidária, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emitente no Termo de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como todos os acessórios ao principal, incluindo as indenizações, custos e/ou despesas comprovadamente incorridas pelo Titular das Notas Comerciais Escriturais, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão (“Obrigações Garantidas”), nos termos dos arts. 275 e 822 do Código Civil, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e facultades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos, 277, 301, 333, § único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e dos arts. 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015 (“Código de Processo Civil”), assim como pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas previstas no Termo de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida (“Garantia Fidejussória” ou “Aval”); 5.3. autorizar a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela CBO, de acordo com os termos e condições do Termo de Emissão; 5.4. autorizar a constituição e a outorga, pela Finarge, da cessão fiduciária de recebíveis descritos em “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nº 471006*”, a ser celebrado entre a Emitente, o Titular de Notas Comerciais e a Finarge, de acordo com os termos e condições do Termo de Emissão; 5.5. autorizar a Cia. a celebrar, pelos seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e/ou instrumentos contratuais necessários à outorga do Aval e para a efetivação da Emissão e da Oferta, incluído, mas não se limitando, ao Termo de Emissão; e 5.6. ratificar todos os atos praticados pelos representantes da Cia. e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações acima. 6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada. **Mesa:** Roberto Lúcio Cerdeira Filho, Presidente e Sr. Ricardo Wagner. **Conselheiros Presentes:** José Guilherme Cruz Souza, Gabriel Felzenwalb, Roberto Lúcio Cerdeira Filho, Michell Fontes Souza, Felipe Moreira Caram, Luciano Coelho Pettersen, Bruno Augusto Sacchi Zarembo e Adriana Waltrick dos Santos. Niterói, 26/03/2025. **Mesa:** Roberto Lúcio Cerdeira Filho - **Presidente;** Ricardo Wagner - **Secretário.** **Conselheiros:** José Guilherme Cruz Souza; Gabriel Felzenwalb; Roberto Lúcio Cerdeira Filho; Michell Fontes Souza; Felipe Moreira Caram; Bruno Augusto Sacchi Zarembo; Luciano Coelho Pettersen; Adriana Waltrick dos Santos. Jucerja nº 6898777 em 01/04/2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COPCONTERERJ COOPERATIVA DE CONSUMO DE TERESÓPOLIS/RJ
O Diretor Presidente da COPCONTERERJ COOPERATIVA DE CONSUMO DE TERESÓPOLIS/RJ, CNPJ nº 21.203.405/0001-05, Inscrição estadual nº 11.461.000, NIRE nº 334.0005351-6, com sede na Estrada Francisco da Cruz Nunes 5.982, sala 204, Piratininga, Niterói/RJ, CEP 24350-310, convida o quadro societário para comparecer em modo virtual através de aplicativo Google Meet com link a ser prévia e tempestivamente enviado em 19/04/2025, com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h **ASSEGUANDO TODOS OS DIREITOS PREVISTOS** nos termos do Artigo Art. 43-A da Lei 5,764/71, Artigo 10 da Lei 14.030/2020 e Artigo 1.080-A da Lei 10.406/2002 (Código Civil), para deliberar a seguinte pauta da **SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025** para deliberar o assuntos (1) Candidatura, eleição e posse para renovação do quadro de diretores no período de 2025 a 2029. Niterói/RJ, 08 de abril de 2025. Almir Mansano - CPF 088.226.568-73 – Diretor Presidente.

Ministério da Cultura apresenta
Estácio e Instituto Yduqs apresentam e patrocinam

MÚSICA NO MUSEU 2025

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO RIO DE JANEIRO

OS

imortais

da música brasileira e os gênios internacionais

imortais
Ary Barroso,
Carlos Gomes,
Chiquinha Gonzaga,
Francisco Mignone,
Guerra Peixe,
Jacob do Bandolim,
Padre José Maurício,
Pixinguinha,
Radames Gnatattali,
Tom Jobim,
Villa-Lobos,
Entre outros

gênios
Bach, Beethoven,
Chopin, Gershwin,
Haendel, Rachmaninoff,
Satie, Tchaikovsky,
Vivaldi, Clássicos natalinos,
Entre outros

CONCERTOS GRATUITOS
www.musicanomuseu.com.br
facebook.com/musicanomuseu.br

Abril 2025

Realização **Lei de Incentivo à Cultura** Lei Rousslet

Produção **CARPEX** Empreendimentos e Promoções Ltda

Apoio **Monitor Mercantil**

Patrocínio **Estácio** **instituto YDUQS** **MINISTÉRIO DA CULTURA** **GOVERNO FEDERAL** **BRAZIL** união e reconstrução

